

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA

DALVA CAMPOS COELHO

**REFLEXÃO SOBRE A INCLUSÃO ESCOLAR E A AVALIAÇÃO
ESCOLAR NA PERSPECTIVA INCLUSIVA**

Belo Horizonte
2023

DALVA CAMPOS COELHO

**REFLEXÃO SOBRE A INCLUSÃO ESCOLAR E A AVALIAÇÃO
ESCOLAR NA PERSPECTIVA INCLUSIVA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao
Curso de Especialização em Gestão Pública,
como requisito parcial para obtenção do
Certificado de Especialista.

Orientador: Professor Dr. Alexandre de Pádua
Carrieri

Belo Horizonte
2023

Ficha catalográfica

C672r
2023

Coelho, Dalva Campos.
Reflexão sobre a inclusão escolar e a avaliação escolar na perspectiva inclusiva [manuscrito] / Dalva Campos Coelho. – 2023.
32 f.

Orientador: Alexandre de Pádua Carrieri.
Monografia (especialização) – Universidade Federal de Minas Gerais, Centro de Pós-Graduação e Pesquisas em Administração.
Inclui bibliografia.

1. Administração. 2. Gestão pública. I. Carrieri, Alexandre de Pádua. II. Universidade Federal de Minas Gerais. Centro de Pós-Graduação e Pesquisas em Administração. III. Título.

CDD: 658



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
CENTRO DE APOIO À EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA - CAED
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA

ATA DE DEFESA DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

DALVA CAMPOS COELHO SILVA, Nº. DE REGISTRO: 2022705712

Às 19:00 horas do dia 10 do mês de novembro de dois mil e vinte e três, reuniu-se remotamente, por meio de mídias digitais, a Banca Examinadora indicada pelo Coordenador do **CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA**, do Programa de Pós Graduação em Gestão Pública da UFMG, constituída pelo Prof. Dr. Alexandre de Pádua Carrieri (Orientador) e pelas Profas. Letícia Drummond Rezende e Kleomara Gomes Cerquinho, para julgar o trabalho final intitulado **“REFLEXÃO SOBRE A INCLUSÃO ESCOLAR E A AVALIAÇÃO ESCOLAR NA PERSPECTIVA INCLUSIVA”**, requisito parcial para a obtenção do Grau de **ESPECIALISTA EM GESTÃO PÚBLICA**.

Abrindo a sessão, o Orientador Prof. Dr. Alexandre de Padua Carrieri, após dar a conhecer aos presentes o teor das Normas Regulamentares do Trabalho Final de Curso, passou à palavra à estudante, para a apresentação de seu trabalho. Seguiu-se a arguição pela Banca Examinadora, com a respectiva defesa da estudante. Logo após, a Banca Examinadora reuniu-se, sem a presença da estudante e do público, para julgamento e expedição do resultado final.

Pelas indicações a aluna foi considerada **APROVADA COM RESSALVAS**

Prof. Dr. Alexandre de Padua Carrieri (Orientador)

Profas. Letícia Drummond Rezende e Kleomara Gomes Cerquinho (Membros da Banca Examinadora)

NOTA FINAL: 78 pts.

Considerações finais da banca examinadora:

GERAL: formatar o texto conforme diretrizes da ABNT; corrigir erros de Português; não fazer juízo de valor. TÍTULO: reescrever sem redundância (trocar “Reflexão” por “Análise”, por exemplo). RESUMO: melhorar a escrita; devem ser descritos brevemente a metodologia, os resultados e as contribuições do trabalho. INTRODUÇÃO: adequar os verbos do objetivo (ver TCC). REVISÃO DA LITERATURA: extremamente longa - reduzir. METODOLOGIA: faltaram os passos da pesquisa, como se deu “o processo de reflexão”, além da caracterização da amostra e o período dos dados coletados; alterar a descrição da pesquisa, que não é exploratória. RESULTADOS: na intervenção, inserir na ação a questão da política inclusiva.

O resultado foi comunicado publicamente à estudante pela Banca Examinadora. Nada mais havendo a tratar o Orientador Prof. Dr. Alexandre de Pádua Carrieri encerrou e lavrou a presente ATA, que será assinada digitalmente por todos os membros participantes da Banca Examinadora.

A Coordenação do Curso de Especialização em Gestão Pública comunica que a aluna terá até 60 (sessenta) dias para apresentar a monografia corrigida, a partir da

data de Defesa .

Belo Horizonte, 10 de novembro de 2023.

Prof. Dr. Antônio Artur de Souza - Coordenador do curso de Especialização em Gestão Pública.

Prof. Dr. Alexandre de Padua Carrieri (Orientador CEPEAD/FACE/UFMG)

Profa. Me. Letícia Drummond Rezende (Membro da Banca Examinadora CEPEAD/FACE/UFMG)

Profa. Dra. Kleomara Gomes Cerquinho(Membro da Banca Examinadora UFAM)



Documento assinado eletronicamente por **Letícia Drummond Rezende, Usuário Externo**, em 15/12/2023, às 17:43, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Kleomara Gomes Cerquinho, Usuária Externa**, em 15/12/2023, às 20:50, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Alexandre de Padua Carrieri, Professor do Magistério Superior**, em 18/12/2023, às 15:04, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Antonio Artur de Souza, Professor do Magistério Superior**, em 19/12/2023, às 12:49, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufmg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **2906876** e o código CRC **E3133C3F**.

DALVA CAMPOS COELHO

**REFLEXÃO SOBRE A INCLUSÃO ESCOLAR E A AVALIAÇÃO
ESCOLAR NA PERSPECTIVA INCLUSIVA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Especialização em Gestão Pública, Universidade Federal de Minas Gerais, para obtenção do Certificado de Especialista.

Orientador: Professor Dr. Alexandre de Pádua Carrieri.

Banca examinadora

Professora Letícia Drummond Rezende

Professora: Kleomara Gomes Cerquinho

Aprovado em Belo Horizonte, em 10 de outubro de 2023

A todos que fizeram parte dessa jornada comigo e me ajudaram de alguma forma continuar sempre, agradeço pela dedicação e parceria, DEDICO.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus por sempre me dar forças para continuar, ao meu companheiro Onofre Belizário pelo incentivo nas noites de estudos, minha família por ter me dado sempre o apoio necessário e a todos os professores do curso e em especial aos Tutores Daniela e Daniel Bastos.

RESUMO

O presente trabalho teve como objetivo principal analisar a prática de avaliação na Educação Especial, sob a perspectiva da inclusão, com foco nos desafios e nas intervenções necessárias. Embasado nas teorias de autores como Barbosa, Pereira, Oliveira e Minetto, o estudo buscou compreender a importância de uma abordagem diferenciada na avaliação dos alunos com deficiência, sem isolá-los das práticas avaliativas comuns. A metodologia adotada foi qualitativa, utilizando análise documental de dados do Censo Escolar, Google Acadêmico e Plataforma Diversa, além de uma revisão bibliográfica consistente. Os resultados obtidos destacaram a carência de políticas educacionais mais inclusivas, enfatizando a necessidade de ambientes escolares adaptados, formação adequada para professores e conscientização da comunidade sobre a inclusão. Ressalta-se a importância de uma avaliação personalizada, que considere as particularidades de cada aluno, visando promover uma educação mais equitativa e eficaz.

Palavras-chave: Avaliação, Inclusão, Educação Especial.

ABSTRACT

The main objective of this study was to analyze the practice of assessment in Special Education from an inclusive perspective, focusing on the challenges and necessary interventions. Grounded in theories by authors like Barbosa, Pereira, Oliveira, and Minetto, the research aimed to understand the importance of a differentiated approach in assessing students with disabilities without isolating them from common assessment practices. The methodology used was qualitative, employing document analysis from the School Census, Google Scholar, and Diverse Platform, alongside a thorough literature review. The findings highlighted the lack of more inclusive educational policies, emphasizing the need for adapted school environments, adequate teacher training, and community awareness about inclusion. Emphasizing the importance of personalized assessment, considering each student's specificities, aims to promote a more equitable and effective education.

Key-words: Assessment, Inclusion, Special Education.

LISTAS DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - PERCENTUAL DE CRIANÇAS COM DEFICIÊNCIAS MATRICULADAS NA REDE DE ENSINO DE 2018 A 2022 DE 2018 A 2022.....	28
Gráfico 2 - NÚMERO DE DOCENTES ENTRE 2018 E 2022.....	29
Gráfico 3 -PORCENTAGEM DE REPROVADOS	30

LISTAS DE TABELAS

Tabela 1 - NÚMERO DE MATRICULAS	26
Tabela 2 - ATENDIMENTOS EDUCACIONAIS ESPECIALIZADOS NA JURISDIÇÃO DA SRE/ GUANHÃES	32
Tabela 3 - PROPOSTA DE POLÍTICAS INCLUSIVAS PARA EDUCAÇÃO ESPECIAL	33

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACLTA Apoio à Comunicação, Linguagem e Tecnologias Assistivas

AEE Atendimento Educacional Especializado

GI. Guia-Intérprete

SR. Sala de Recursos

SRE Superintendência Regional de Ensino

TILS Tradutor e Intérprete de Libras .

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	14
2 REVISÃO DE LITERATURA	17
2.1 O histórico da educação inclusiva	17
2.2 As políticas públicas da educação inclusiva	18
2.3 A avaliação da perspectiva da educação inclusiva	20
2.4 Os desafios enfrentados na educação inclusiva	21
2.5 O papel do professor na inclusão	21
2.6 Como realizar a avaliação na educação inclusiva	22
3 METODOLOGIA	23
3.1 Processo de reflexão e definição da amostra	23
3.2 Caracterização da amostra e período dos dados coletados	23
4 RESULTADOS E DISCUSSÕES	25
4.1 Proposta de intervenção	33
5 CONCLUSÃO	35
REFERÊNCIAS	37

1 INTRODUÇÃO

Dependendo das percepções políticas e legislativas, a universalização da educação é um tema inesgotável e tem sido cada vez mais discutido desde 1990, quando foi publicada a Declaração Mundial sobre Educação. Considerando que a garantia do acesso à escola não pode se limitar ao sucesso da matrícula ou da participação dos alunos no contexto escolar, ela deve necessariamente ser analisada para que os professores possam obter resultados efetivos no processo de ensino e na aprendizagem dos alunos (FRANCO; GOMES, 2020)

Diante desse cenário, as discussões permeiam situações que necessitam de um olhar mais aprofundado e diferenciado, com vistas a possibilitar dentro do sistema educativo uma efetivação e atuação dos entes envolvidos no processo: alunos e professores. Sob esse aspecto, destaca-se no presente trabalho, inicialmente, as questões envolvendo a educação inclusiva.

No Brasil, o serviço de educação para deficientes foi construído separadamente da educação oferecida à população que não apresentou diferenças ou características marcantes que o caracterizassem como "anormal". Assim, a educação especial surgiu como um campo específico de atuação, muitas vezes sem dialogar com a educação regular comum. Essa separação foi realizada através da existência do sistema de ensino paralelo ao comum, onde os alunos com deficiência eram acompanhados em um local bem separado dos outros alunos. Historicamente, a Educação Especial se pautava num modelo de atendimento segregado, no entanto, nas últimas décadas a Educação Especial tem se revestido para a Educação Inclusiva (SÁ, 2009).

Com a discussão da Declaração de Salamanca na década de 90, esta proposição se fortaleceu, a inclusão rompe com os modelos que asseguram o conservadorismo das escolas, contrariando os sistemas educacionais em seus fundamentos. A partir da declaração, as escolas regulares com direcionamento inclusivo organizam com os meios mais eficazes ao combate à discriminação e, é declarado que alunos com necessidades educacionais especiais devem ter acesso à escola regular, tendo como princípio orientador que as escolas necessitam receber todas as crianças independentes de seu estado (físico, intelectual, emocional, social, linguísticas entre outros). Porém, mesmo com uma organização de sistemas inclusivos, o objetivo das políticas implantadas não foi alcançado (FRANCO; GOMES, 2020).

Uma das inovações trazidas pela Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (SEESP/MEC, 2008) é o Atendimento Educacional Especializado - AEE, um serviço da educação especial que "[...] identifica, elabora e organiza recursos pedagógicos e de acessibilidade, que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando suas necessidades específicas" (ROPOLI *et al*, 2010, p.27).

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (SEESP/MEC,2008) teve seu desenvolvimento pautado em princípios de uma escola em que cada aluno, a partir de suas habilidades e capacidades tem a possibilidade de aprender e que o conhecimento se constitui através do currículo escolar.

Nesta perspectiva, a educação especial é uma modalidade de ensino que percorre e perpassa todos os níveis, etapas e modalidades de ensino sem substituí-los. É uma modalidade de ensino que desempenha o atendimento educacional especializado além, de disponibilizar recursos, serviços e orientar quanto a sua aplicabilidade no processo de ensino e aprendizagem (BARBOSA; BEZERRA, 2021).

Nesse sentido, justifica-se a realização dessa pesquisa pelo o fato de que, a educação especial passa a ser incluída na proposta pedagógica da escola regular, a começar da definição, formulação e organização dos recursos pedagógicos e de acessibilidade que possibilitem a exclusão de barreiras e uma ampla participação dos alunos. Assim, essa modalidade é orientada para que as especificidades dos alunos sejam atendidas no seu processo educacional, devendo direcionar suas ações para o atendimento às suas individualidades no processo educacional e, no âmbito de uma atuação mais ampla na escola, com uma organização de redes de apoio, formação continuada, verificação de recursos, serviços e a promoção de práticas colaborativas.

Atualmente, as escolas públicas brasileiras estão sobressaltadas com matrículas de alunos deficientes, nos diferentes níveis de ensino. A inclusão não condiz com escolas com padrões que identificam os alunos como especiais e normais, comuns, "todos os alunos são iguais nas suas diferenças". Para tanto, a pesquisa realizada visa responder a seguinte questão: Como as escolas jurisdicionadas à Superintendência Regional de Ensino de Guanhães/MG podem tornar a sala de aula um espaço comum a todos os alunos sem distinção?

Portanto, o objetivo geral desta pesquisa consiste em analisar os aspectos do processo de inclusão dos alunos e debater a relevância dos trâmites avaliativos

escolares sob a perspectiva inclusiva. Logo, os objetivos específicos são: identificar os desafios enfrentados pelos educadores para a realização da educação inclusiva; abordar os passos que devem ser adotados para a realização da avaliação.

2 REVISÃO DE LITERATURA

2.1 O histórico da educação inclusiva

A história da educação inclusiva reflete mudanças significativas ao longo do tempo. Até 1970, no Brasil, as crianças com necessidades especiais eram atendidas em locais separados da educação regular. No final dos anos 1980, surgiu a proposta da inclusão, reconhecendo a importância de garantir acesso e oportunidades para todas as pessoas na sociedade.

Como disse Bruno (2006), a inclusão de crianças com necessidades especiais em diferentes contextos, independente da sua necessidade específica, demanda políticas públicas, envolvimento da comunidade escolar e das famílias. Essa preocupação com a educação de pessoas com deficiência teve origem no século XIX, influenciada por experiências internacionais.

A Declaração de Jomtiem (1990) e a Declaração de Salamanca foram marcos importantes para a inclusão, desafiando a visão tradicional e buscando oportunidades educacionais nas escolas públicas. No entanto, para alcançar a inclusão, as escolas regulares precisam estar preparadas para lidar com a diversidade, oferecendo estrutura adequada e capacitando profissionais, conforme apontado por Franco (2016).

Ao longo da história, houve períodos de segregação e exclusão das pessoas com necessidades especiais, mas a luta por uma educação inclusiva ganhou força com leis como a Lei de Diretrizes e Bases (9.394/96) e o Estatuto da Criança e do Adolescente (1990), entre outras legislações.

A inclusão vai além da matrícula de alunos com necessidades especiais; requer um ambiente escolar adaptado para oferecer suporte tanto aos professores quanto aos alunos. A Educação Inclusiva, como conceito, emergiu nos Estados Unidos em 1975, destacando a importância de participação efetiva dos alunos nas experiências educacionais.

A transformação para uma perspectiva mais inclusiva vislumbra a convivência e o aprendizado conjuntos para todos os alunos, incluindo aqueles com necessidades especiais. A adequação das escolas, o investimento na qualidade do ensino e a

organização do ambiente educacional são passos cruciais para a inclusão efetiva no processo educativo.

2.2 As políticas públicas da educação inclusiva

Para Barros (2000), a efetivação dessas políticas nas escolas brasileiras tem produzido mudanças que afetam a contar da formação dos professores e a sua preocupação com esse público no ambiente escolar. Essas mudanças procedem acompanhadas de pesquisas científicas que objetivam pesquisar as características dessa demanda e os problemas resultantes.

Dessa forma, pode-se colocar que:

A compreensão da educação especial nesta perspectiva está relacionada a uma concepção e a prática da escola comum que mudam a lógica do processo de escolarização, a sua organização e o estatuto dos saberes que são objeto do ensino formal. Como modalidade que não substitui a escolarização de alunos com deficiência, com transtornos globais de desenvolvimento e com altas habilidades/superdotação, essa educação supõe uma escola que não exclui alunos que não atendam ao perfil idealizado institucionalmente. A mudança de rumos implica uma articulação de propósitos entre a escola comum e a Educação Especial, ao contrário do que acontece quando tanto a escola comum como a especial constituem escolas dos diferentes, dividindo os alunos em normais e especiais e estabelecendo uma cisão entre esses grupos, que se isolam em ambientes educacionais excludentes. (BRASIL, 2007).

A implantação da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva Inclusiva em 2008, conforme citado por Lima (2006), foi crucial para o aumento significativo das matrículas de estudantes da educação especial em escolas comuns. Segundo dados do Censo Escolar INEP/MEC de 2007 a 2020, houve um crescimento expressivo nas matrículas em classes comuns, atingindo cerca de 1.3 milhões em 2022, representando 88.1% do público-alvo da Educação Especial.

Apesar desse aumento, como observado por Busarello (2015), a experiência escolar dos alunos da educação especial em salas de aula regulares ainda carece de consistência, muitas vezes limitando-se a participação marginal nas atividades por falta de adequação pedagógica às suas necessidades individuais.

O movimento global pela inclusão visa garantir o direito de todos os alunos de aprenderem juntos, sem discriminação. A educação inclusiva, fundamentada nos direitos humanos, busca a igualdade e valoriza a diversidade, superando a mera

equidade formal ao considerar as circunstâncias históricas que geram exclusão dentro e fora do ambiente escolar (BRASIL, 2007).

Hoje, no Brasil, a Educação Especial assume uma perspectiva inclusiva, ou seja, pressupõe que todos os estudantes devem conviver e compartilhar o mesmo ambiente de ensino e aprendizagem, livres de discriminação injustas de qualquer natureza, participando e aprendendo junto dos demais. Nesse sentido, a escola inclusiva valoriza as potencialidades de cada sujeito e dá condições para que todos aprendam e se desenvolvam integralmente. A diversidade nas salas de aulas, além de ser um valor essencial à democracia, favorece o desenvolvimento de práticas educacionais mais inovadoras e colaborativas, que valorizam e dialogam com o processo de aprendizagem de cada estudante. (Educação Já 2022).

A Declaração de Salamanca, como mencionado por Sá (2009), destaca o princípio fundamental da educação inclusiva, defendendo a aprendizagem conjunta de todas as crianças em um ambiente escolar comum, independentemente de suas dificuldades. Minetto (2010) enfatiza que a educação inclusiva busca atender às necessidades individuais dos alunos, adaptando-se a diferentes estilos de aprendizagem.

O movimento pela inclusão, conforme observado por Alves (2009), transcende a esfera educacional, sendo uma ação política e social que promove a participação plena de todos os alunos, sem discriminação. Dias (2011) destaca a importância da inclusão como um direito humano fundamental, buscando um ambiente educacional acolhedor e enriquecedor para todos os alunos, considerando igualdade e diferença como valores inseparáveis.

Vitaliano (2012) ressalta o avanço da educação inclusiva em relação à igualdade meramente formal, adotando medidas como avaliação individualizada, adaptação curricular e disponibilização de recursos para atender às necessidades dos alunos. Lima (2006) destaca a importância da avaliação contínua e específica para identificar as necessidades educacionais dos alunos da Educação Especial na tomada de decisões quanto ao atendimento necessário.

Segundo as Diretrizes Estaduais da Educação Especial Inclusiva de Minas Gerais, a avaliação do estudante da educação especial deverá levar em consideração as especificidades e potencialidades de cada estudante, utilizando-se o Plano de Desenvolvimento Individual (PDI). O termo avaliação da aprendizagem, historicamente, tem nos remetido a uma avaliação que assume como objetivo a verificação do rendimento escolar dos alunos, desconsiderando o complexo contexto no qual essa verificação é produzida. Atualmente, a prática da avaliação da aprendizagem, com a concepção de mensuração, de aferição de resultados de desempenho do

aluno, encontra-se na contramão de um movimento que tem buscado considerar que a educação escolar pode ser (re) criada por meio de uma perspectiva de inclusão escolar, e é nesse contexto que essa prática vem se tornando cada vez mais desafiadora e complexa... (Revista Educação Especial | v. 25 | n. 44).

Nas últimas décadas, como apontado por Dias (2011), surgiram abordagens mais inclusivas na avaliação da aprendizagem, valorizando o contexto em que a mesma ocorre e reconhecendo as habilidades e potencialidades dos alunos. Essa visão ampliada da avaliação oferece informações relevantes para os professores, permitindo adaptações necessárias no processo de ensino.

Minetto (2010) ressalta a importância de perspectivas abrangentes na Educação Especial, visando considerar o contexto complexo da aprendizagem e promover uma educação inclusiva adequada às necessidades dos alunos. Nesse sentido, a inclusão na Educação Especial busca efetivar mudanças no ambiente educacional dos alunos-alvo.

2.3 A avaliação da perspectiva da educação inclusiva

As leis garantem a matrícula de alunos deficientes em escolas regulares, porém, muitas vezes, essas escolas não estão preparadas para atender suas necessidades. Transformações na comunidade escolar são cruciais para uma inclusão efetiva (Busarello, 2015).

A revisão das práticas educativas e dos métodos avaliativos tradicionais é fundamental para evitar a exclusão desses alunos. Uma prática avaliativa inclusiva respeita as diferenças e permite a participação igualitária (Vitaliano, 2012).

A adaptação dos métodos para alunos deficientes é essencial, reconhecendo sua capacidade intelectual e respeitando seu tempo de aprendizado. A inclusão requer reflexão sobre a relação professor-aluno-conhecimento (Busarello, 2015).

Professores precisam participar de formações para incluir alunos deficientes no processo de avaliação. A escola inclusiva questiona práticas exclusivas, promovendo uma educação sem limitações (Alves, 2009).

A avaliação inclusiva considera a diversidade e as necessidades educativas dos alunos. É um recurso para garantir o direito de aprender e transformar o ensino (Sá, 2009).

Oferecer uma educação de qualidade para todos, incluindo os alunos da educação especial, requer capacitação dos professores e uma mudança na compreensão da Educação Especial como recursos disponíveis na escola regular (Busarello, 2015).

2.4. Os desafios enfrentados na educação inclusiva

A rejeição e a falta de esclarecimento sobre a inclusão são grandes desafios para pessoas com necessidades especiais, exigindo uma divulgação ampla do conceito de educação inclusiva (BEYER, 2006).

A escassez de recursos para escolas adaptadas, como rampas e equipamentos específicos, é um obstáculo. Além disso, a demora ou a ausência de diagnóstico também dificulta a educação inclusiva (Sá, 2009).

Um ensino de qualidade para esses alunos demanda formação tanto para professores do ensino regular quanto para especialistas em necessidades educacionais especiais (Dias, 2011).

A formação inicial dos professores deve incluir a capacidade de redefinir currículos e programas para valorizar o papel docente e atender às demandas da sociedade inclusiva (Lima, 2006).

Abandonar rótulos e considerar as possibilidades e necessidades dos alunos com deficiência é crucial para avançar na educação inclusiva, que representa um grande passo no contexto educacional brasileiro (Minetto, 2010).

2.5 O papel do professor na inclusão

O despreparo dos professores do ensino regular é um dos obstáculos para a inclusão plena, especialmente em salas de aula com variados problemas sociais e de aprendizagem (Santos, 2002).

O papel do professor é crucial na educação para a cidadania, exigindo habilidades para lidar com a diversidade entre os alunos (Brasil, 2000).

É essencial que os professores estejam aptos para um ensino interdisciplinar e contextualizado, desmistificando a complexidade dos conteúdos, especialmente ao lidar com alunos com necessidades especiais (Sá, 2009).

Os professores precisam conhecer seus alunos, adaptando métodos pedagógicos para atender às suas necessidades individuais, promovendo a educação para a heterogeneidade (Veiga, 2009).

A formação inicial dos professores não é suficiente, sendo necessária uma capacitação contínua para compreender os diferentes níveis de aprendizagem e necessidades individuais dos alunos (Busarello, 2015).

Para uma inclusão eficaz, é fundamental capacitar os professores progressivamente, fornecendo orientação e recursos para adotarem uma postura adequada e desenvolverem novas competências (Minetto, 2010).

2.6 Como realizar a avaliação na educação inclusiva

A avaliação na educação especial para uma proposta inclusiva enfrenta desafios amplos, mas não impossíveis, pois todos os alunos precisam passar por um processo avaliativo e de adaptação das práticas pedagógicas (Ropoli, 2010).

O papel do professor é fundamental na proposta de planejamento dos objetivos, exigindo trabalhos individuais e coletivos para atender às necessidades educativas especiais (Simões, 2011).

Os métodos ativos de aprendizagem, com o aluno como protagonista e o professor como orientador, são essenciais na inclusão, exigindo adaptações pedagógicas e intervenções focadas nas singularidades dos alunos especiais (Oliveira, 2015).

A educação inclusiva busca atender a todos os alunos, considerando suas diversidades e limitações, exigindo práticas dinâmicas e adaptativas, especialmente no contexto da avaliação (Lima, 2006). A avaliação na perspectiva inclusiva requer adaptações curriculares para atender às carências dos alunos, buscando politizar o aprendizado e moldar as intervenções aos alunos, não o contrário (Ropoli et al., 2010). Adaptar metodologicamente conteúdo ou atividades na educação inclusiva não elimina os desafios de aprendizagem, mas permite aos alunos refletir de acordo com suas necessidades individuais (Simões, 2011).

Integrar a avaliação nas práticas de aprendizagem na educação inclusiva exige um ambiente receptivo na escola, visando atender às necessidades individuais dos alunos e inserindo-os em um processo reflexivo e inclusivo (Sousa, 2015).

3 METODOLOGIA

O conhecimento científico consolida-se através de procedimentos metodológicos que visam possibilitar o andamento dos processos investigativos da ciência. As práticas metodológicas são classificadas em relação ao tipo de estudo que se pretende realizar. Sendo assim, inicialmente podemos compreender que a metodologia, segundo Oliveira (2011), é:

Metodologia literalmente refere-se ao estudo sistemático e lógico dos métodos empregados nas ciências, seus fundamentos, sua validade e sua relação com as teorias científicas. Embora procedimentos variem de uma área da ciência para outra, por exemplo, da área de exatas para a área de humanas - diferenciadas por seus distintos objetos de estudo, consegue-se determinar alguns elementos que diferenciam o método científico de outros métodos (filosófico e algoritmo – matemático etc. (OLIVEIRA, 2011, p. 07).

Entretanto, a depender do objeto da pesquisa, a metodologia se configura em níveis de análise e procedimentos que serão desencadeados com vistas a se chegar ao destino final que, geralmente, se inicia em questionar o que é objeto, qual o objetivo da pesquisa, o porquê da provocação e quais os resultados que irei obter ao final do processo.

3.1 Processo de reflexão e definição da amostra

O presente estudo compreende uma reflexão sobre o tema Educação Especial e Avaliação na Perspectiva Inclusiva. Os desafios e impactos do tema se assentam em um cenário complexo, que envolve vários elementos sociais, educacionais e individuais.

Para a condução desta pesquisa de caráter descritivo, condizente com elementos da pesquisa qualitativa, foram adotados procedimentos metodológicos embasados na análise da realidade educacional com foco na inclusão. O processo de reflexão envolveu a formulação de hipóteses, objetivos e a seleção criteriosa dos indicadores que orientaram a interpretação dos dados.

3.2 Caracterização da amostra e período dos dados coletados

A definição da amostra e do período dos dados coletados foi realizada mediante um levantamento e seleção criteriosa de fontes. O levantamento foi conduzido no

Google Acadêmico, utilizando palavras-chave como “Desafios na Educação Especial”, “Inclusão escolar”, “Avaliação”, entre outras.

A seleção dos materiais seguiu uma pré-análise, conforme descrito por Bardin (2011), envolvendo um primeiro contato com os documentos que seriam submetidos à análise, a escolha dos mesmos e a elaboração de hipóteses e objetivos. Os procedimentos metodológicos utilizados foram apropriados para garantir a consistência dos dados coletados.

Em conformidade com Trivinos (1987) e Minayo (2014), a pesquisa qualitativa foi direcionada para compreender as causas e raízes das teorias, indo além da simples compreensão de significados. Essa abordagem possibilitou uma análise mais profunda dos fatores sociais e culturais que influenciam a educação inclusiva.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

A educação inclusiva tem sido estudada e analisada por diversos autores e a forma como a mesma se faz presente no dia a dia do contexto educacional reflete a maneira como tem sido adotada e aplicada as metodologias de ensino pertinentes para satisfazer o seu público alvo. Deste modo, a presente pesquisa que tem por objetivo discorrer sobre a avaliação para pessoas com deficiências, na perspectiva inclusiva, visa buscar elementos que auxiliem o professor em sua prática pedagógica. Sendo uma pesquisa subsidiada por preceitos teóricos e dados estatísticos que dialogam sobre experiências vivenciadas no contexto escolar.

Neste cerne, é relevante atualizar os conceitos e as práticas avaliativas tradicionais, normativas, padronizadas e classificatórias, em uso nos sistemas educacionais, substituindo-as por outras mais voltadas para a dimensão política e social da avaliação. Conforme postulado por Libâneo (2013) *apud* Barbosa; Bezerra(2021), a educação é um fenômeno social, portanto é socialmente determinada. Criar uma relação entre educação e sociedade significa considerar as demandas sociais do meio ambiente no espaço educativo de uma forma que não diferencie ou privilegie interesses, mas inclua a realidade dos diferentes sujeitos, compreendendo sua importância e história.

Uma escola inclusiva, com um currículo flexível e uma metodologia baseada na diversidade, pressupõe a consideração das diferenças individuais dos seus alunos em termos de ritmo de aprendizagem, interesses, origem social, capacidades dos alunos e motivação para implementar diferentes propostas. É interessante pensar as mudanças necessárias na perspectiva de uma escola inclusiva e relacioná-las com o personagem principal do aluno (BRASIL, 2007).

Considerando o exposto e alinhados com os dados coletados do Censo Escolar do INEP/MEC e da Plataforma Diversa permitiram acompanhar a evolução das matrículas referentes ao público-alvo da educação especial nas escolas comuns, bem como a evolução de números dos docentes envolvidos. Ademais, a análise das taxas de reprovação ajudou a compreender os desafios enfrentados na inclusão e retenção dos alunos. Conforme se consolida com os dados representados abaixo, no quadro 1.

Tabela 1- NÚMERO DE MATRICULAS

	Estudantes da Educação Básica	Estudantes da Educação Especial	Proporção de Matrícula da Educação Especial	Ano
Estudantes Matriculados no Brasil	47.382.074	1.527.794	3,2	2022
Estudantes Matriculados em Minas Gerais	4.310.816	157.430	3,7	2022

FONTE: Elaboração própria com base nos dados INEP/MEC Plataforma Diversa (2022).

O Quadro 1 destaca o número de matrículas de estudantes na educação básica e na educação especial no Brasil e em Minas Gerais em 2022. Apesar de oferecer uma visão quantitativa da inclusão de alunos da educação especial nas escolas, os números apresentados não capturam integralmente a complexidade do processo de aprendizagem desses alunos.

De acordo com Barbosa e Pereira (2021), uma escola inclusiva com um currículo flexível e metodologia baseada na diversidade requer a consideração das diferenças individuais dos alunos. No Brasil, em 2022, dos 47.382.074 estudantes matriculados na educação básica, 1.527.794 eram da educação especial, representando 3,2% do total. Em Minas Gerais, essa proporção foi ligeiramente maior, com 3,7% dos 4.310.816 estudantes matriculados sendo da educação especial.

Esses números, segundo Oliveira (2011), não respondem a questões fundamentais: "Os alunos com deficiência estão aprendendo efetivamente?", "Como podemos medir esse aprendizado?" e "Como podemos avaliar o conhecimento pré-existente, a cultura e a história de uma criança?".

Essas são questões complexas que exigem uma abordagem qualitativa e reflexiva, conforme discutido por Bardin (2011). Portanto, além de considerar os números de matrícula, é crucial abordar essas questões qualitativas ao avaliar a eficácia da educação inclusiva.

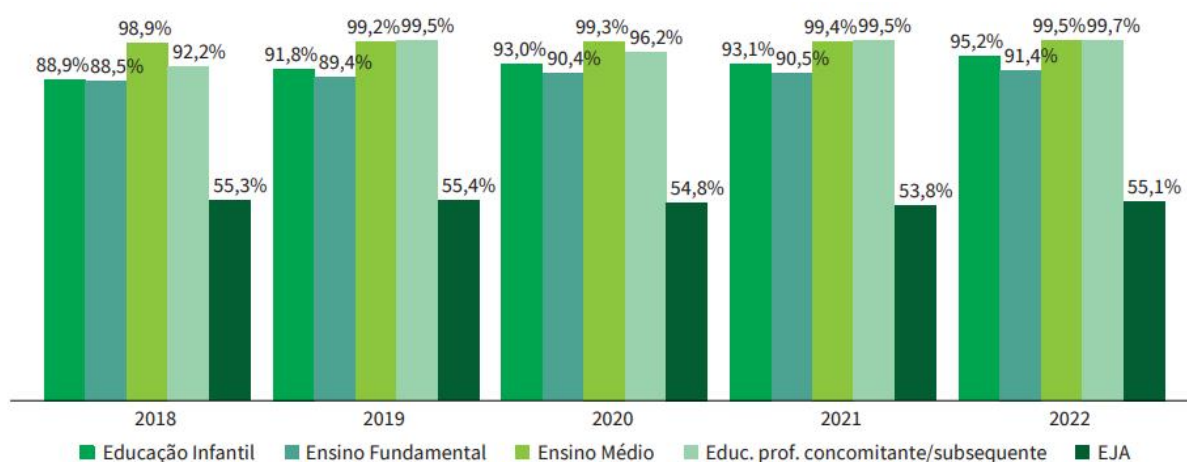
Como salientado por diversos autores, a avaliação da aprendizagem é uma ferramenta importante para os professores alcançarem o principal objetivo da escola, garantindo um melhor desempenho para todos os educandos. No entanto, essa avaliação é desafiadora, pois o saber de cada aluno é único e valioso. O papel do professor como avaliador não se limita a uma prova, mas sim a um processo contínuo e evolutivo, envolvendo compreensão da história, cultura e características individuais de cada estudante.

Uma das dificuldades da avaliação inclusiva, conforme ressaltado por Trivinos (1987) e Minayo (2014), é a falta de preparo interno nas escolas. Todos os professores devem possuir conhecimentos básicos sobre como trabalhar com diferentes deficiências, como salientado por Minetto (2010).

Ao lidar com alunos com deficiência, estratégias diversas devem ser aplicadas para garantir a inclusão, como enfatizado por Sousa (2015). Cada deficiência exige abordagens específicas, visando ao desenvolvimento integral dos alunos. Isso implica respeitar a individualidade, enquanto se promove o aprendizado coletivo.

A avaliação formativa, conforme discutido por Ropoli et al. (2010), é um elemento crucial para o sucesso educativo. Discutir os critérios de avaliação de maneira colaborativa e participativa pode melhorar os resultados para todos. Adaptar atividades, planejar metas e expandir propostas são objetivos que tornam a avaliação um processo inclusivo, reflexivo e dinâmico na aprendizagem. A proximidade das práticas educativas com as especificidades dos alunos é essencial para uma avaliação significativa e efetiva.

Gráfico 1- PERCENTUAL DE CRIANÇAS COM DEFICIÊNCIAS MATRICULADAS NA REDE DE ENSINO DE 2018 A 2022 DE 2018 A 2022.



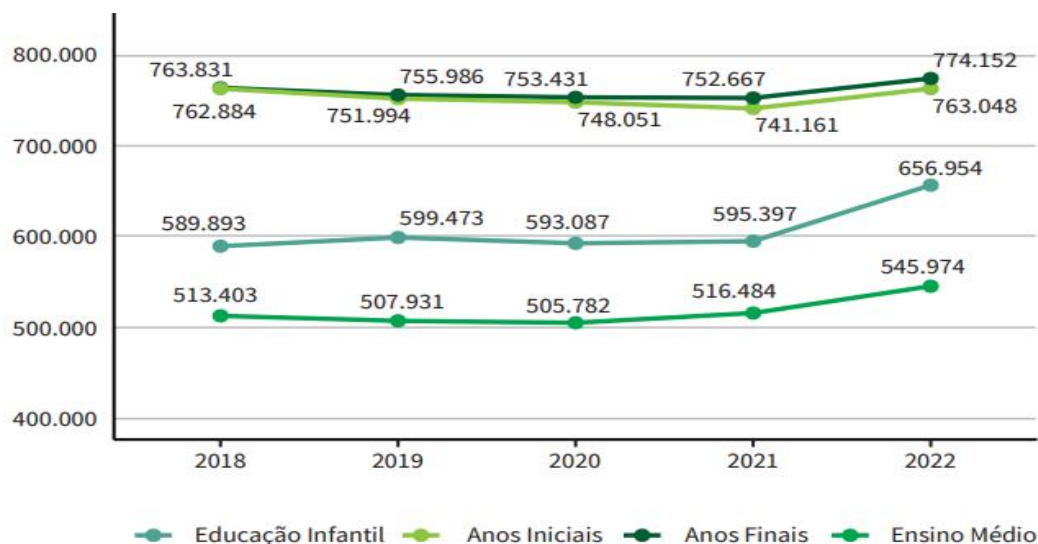
Fonte: DEED/INEP com base nos dados do Censo Escolar da Educação Básica (2022).

O Gráfico 1 revela a evolução das matrículas de alunos nas classes comuns e no atendimento educacional especializado de 2018 a 2022. Embora haja uma pequena queda em 2021 na EJA (Educação de Jovens e Adultos), os dados mostram uma estabilidade geral nas matrículas de alunos, sugerindo consistência na inclusão. Essa constância reflete a visão de uma escola inclusiva, como abordada por Barbosa e Pereira (2021), destacando a importância de um currículo flexível e metodologia diversificada para atender às diferenças individuais dos alunos. Esses números indicam que a escola está atendendo às necessidades desse público específico.

Assim, ainda é possível verificar que para pensar a avaliação na perspectiva da educação inclusiva, os artigos destacam a relação entre o professor e a escola, voltada a pensar em estratégias e métodos para conduzir a aprendizagem de maneira mais ampla para que não haja a exclusão de nenhum aluno. Além disso, é possível que o aluno tenha melhor desempenho em seu aprendizado quando esses dois profissionais trabalham colaborativamente oferecendo, assim, alternativas para seu desenvolvimento educativo. Franco;Gomes (2020), pontuam que quando um professor prepara sua aula, ele deve pensar quais habilidades os alunos precisam desenvolver, quais dificuldades precisam ser superadas e para qual etapa passar. Esta atitude docente visa refletir a sala de aula em toda a sua heterogeneidade,

tendo em conta a sua diversidade e incluindo as pessoas com deficiência neste processo.

Gráfico 2- NÚMERO DE DOCENTES ENTRE 2018 E 2022



Fonte: Elaborado pelo DEED/INEP com base nos dados do Censo Escolar da Educação Básica (2022).

O Gráfico 2 evidencia um aumento significativo tanto no número de alunos quanto no de docentes ao longo do período analisado. Há uma pequena queda na educação infantil nos anos de 2020 e 2021, enquanto no ensino fundamental (anos iniciais e finais), embora tenha havido um declínio entre 2019 e 2021, observa-se um crescimento considerável de docentes em 2022.

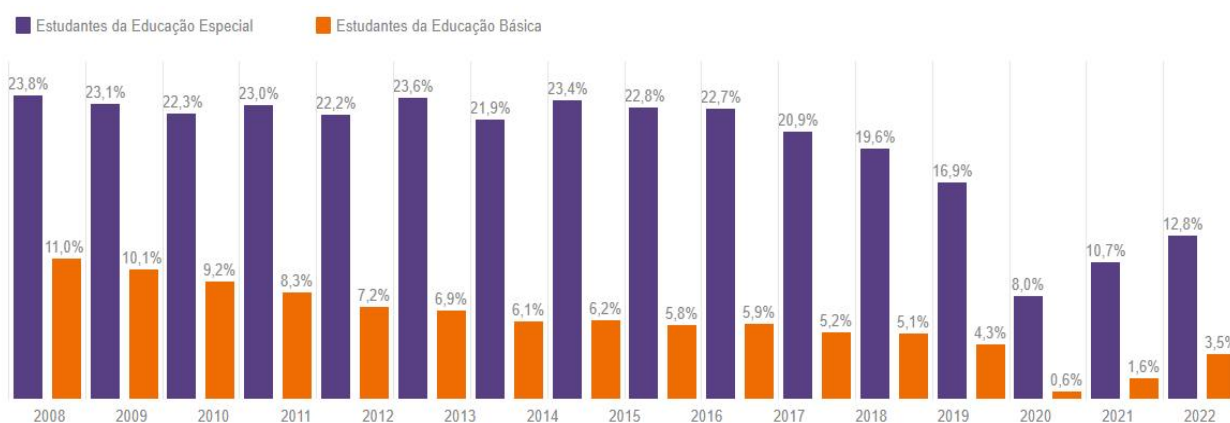
Conforme discutido por Minetto (2010), a interação entre professor e aluno, assim como entre os próprios alunos, pode ocorrer de formas diversas, porém, nem sempre é plenamente compreendida em sua totalidade. A utilização efetiva desse elemento educativo, a interação, ainda é subutilizada, principalmente por meio do diálogo, conforme sugerido por Sousa (2015).

Por outro lado, quando ocorre o diálogo entre alunos e educadores, nota-se a formação de um grupo comprometido com o processo de ensino e aprendizagem, conforme enfatizado por Ropoli (2010). No entanto, percebe-se que esse processo de interação, fundamental para a aprendizagem e a atribuição de significado, é complexo e demanda um posicionamento ativo por parte do docente. Sem a

participação efetiva dos estudantes, essa interação torna-se um desafio, como apontado por Trivínos (1987).

Portanto, é evidente que a interação na sala de aula desempenha um papel crucial na construção do conhecimento, mas sua eficácia está intrinsecamente ligada ao engajamento ativo tanto dos educadores quanto dos alunos, conforme discutido por Oliveira (2011). É necessário um ambiente propício ao diálogo e à participação ativa para que essa interação promova efetivamente a aprendizagem e a significação do conhecimento.

Gráfico 3-PORCENTAGEM DE REPROVADOS



Fonte: Elaborado pelo painel de indicadores da Diversa (2017).

O Gráfico 3 nos permite observar a porcentagem de reprovação dos estudantes da educação especial. Podemos verificar mudanças positivas depois dos marcos das políticas públicas da educação especial para a educação inclusiva, a taxa de reprovação diminuiu significativamente havendo pequenas oscilações entre os anos de 2008 a 2017, havendo novamente um aumento significativo no ano de 2022, isso devido ao período pandêmico.

Nesta perspectiva, a análise permitirá uma reflexão mais detalhada do tema. A partir das reflexões, foram lançadas possibilidades de respostas para os desafios apontados, como a necessidade de rever as concepções, romper com o modelo conservador de ensino, desenvolver adaptação curricular, formação de professores e promoção de um ambiente adequado e inclusivo possibilitando a aprendizagem

colaborativa. Assim, verifica-se as informações coletadas no município de Guanhães no Quadro 1.

A Resolução da Secretaria de Estado de Educação Nº 4.256/2020 institui as Diretrizes para normatização e organização da Educação Especial na rede estadual de Ensino de Minas Gerais. As Diretrizes prevêm o atendimento educacional para estudantes públicos da Educação Especial, ou seja, estudantes com Deficiência, Transtorno do Espectro Autista e Altas Habilidades/Superdotação.

Neste contexto, o processo de ensino aprendizagem deste público é de responsabilidade dos professores regentes de turma e regentes de aula, em colaboração com o professor do Atendimento Educacional Especializado.

O Atendimento Educacional Especializado (AEE) consiste na utilização de métodos, técnicas, recursos e procedimentos didáticos desenvolvidos nas diferentes modalidades, anos de escolaridade e níveis de ensino para complementar ou suplementar a formação dos estudantes da educação especial para garantir o acesso ao currículo e qualidade no processo de ensino aprendizagem (RESOLUÇÃO SEE Nº 4.256/2020).

Dessa forma, as escolas do Estado de Minas Gerais ofertam o atendimento de Professor de Apoio à Comunicação, Linguagem e Tecnologias Assistivas (ACLTA) para o estudante que apresentar necessidades de suporte na comunicação alternativa, aumentativa ou no uso de recursos de tecnologias assistivas. O professor na função de Tradutor e Intérprete de Libras – TILS que tem a função de mediar a comunicação entre os usuários de Língua de Sinais e os de Língua Oral no contexto escolar, traduzindo/interpretando as aulas. - A Sala de Recursos que é um atendimento educacional especializado que visa a complementação ou suplementação do atendimento educacional comum e o Guia-Intérprete - GI que ocupa o cargo de professor e exerce a função de mediador comunicativo do estudante surdocego.

Nesta organização, apresentamos os atendimentos educacionais especializados da jurisdição da SRE de Guanhães. Na jurisdição ainda não possuímos matrícula com o quadro deficiência surdocego, no entanto, nenhum atendimento de Guia Interprete.

**Tabela 2- ATENDIMENTOS EDUCACIONAIS ESPECIALIZADOS NA JURISDIÇÃO DA SRE/
GUANHÃES**

SRE	NÚMERO DE MUNICÍPIOS	ANO	ACLTA	TILS	SR	GI
GUANHÃES	22	2019	175	10	30	0
		2020	194	11	COVID	0
		2021	157	17	COVID	0
		2022	278	23	20	0
		2023	336	18	21	0

FONTE: Elaboração própria com base nos dados na Planilha de Devolutiva da CEEI/SEE/MG

Sempre foi amplamente debatida a questão da avaliação dos portadores de deficiência, ressaltando a necessidade de uma abordagem diferenciada. Conforme defendido por Dias (2011), essa diferenciação não implica que a avaliação deva seguir um padrão completamente distinto. Ela deve, sim, refletir e considerar as especificidades do progresso de cada aluno com deficiência, integrado de fato em sala de aula, respeitando suas necessidades individuais. Dessa maneira, o sistema de avaliação deve seguir o mesmo padrão dos demais, mas ajustando-se às condições e demandas dos alunos com deficiência, oferecendo os recursos necessários conforme a natureza específica da deficiência de cada estudante.

Todavia, muitas vezes, os problemas associados a uma avaliação ineficiente e excludente advêm da falta de compreensão por parte de alguns educadores sobre as prioridades do ensino e da avaliação. Como salientado por Trivinös (1987), aqueles que não têm um entendimento claro de sua prática profissional

provavelmente terão dificuldade em compreender e auxiliar seus alunos na superação de suas limitações intelectuais.

Quando se assegura a acessibilidade aos materiais adequados para pessoas com deficiência, está-se não apenas promovendo a igualdade, mas também desenvolvendo suas habilidades e potencialidades, como ressaltado por Minetto (2010). Assim como em qualquer avaliação, é fundamental analisar de forma individualizada, considerando as particularidades de cada aluno e observando o processo como um todo, não se limitando apenas ao momento da avaliação.

Os resultados obtidos a partir da metodologia utilizada nesta pesquisa ofereceram valiosas contribuições para a compreensão dos desafios e impactos da inclusão escolar, conforme discutido por Oliveira (2015). Além disso, abriram caminhos para avanços e melhorias no contexto educacional, reforçando a necessidade de estruturar uma educação mais inclusiva, igualitária e eficaz, em prol do aprendizado e do bem-estar de todos os estudantes, conforme preconizado por Simões (2011).

4.1 Proposta de intervenção

Considerando as pesquisas documentais e as considerações teóricas registradas no presente trabalho, segue abaixo um quadro de uma sugestão de intervenção com vistas a subsidiar eventuais medidas que possam dirimir os impactos negativos do objeto em estudo que norteou a pesquisa apresentada.

Tabela 3- PROPOSTA DE POLÍTICAS INCLUSIVAS PARA EDUCAÇÃO ESPECIAL

Elemento	Proposta
Ação	Implementação da Política Estadual de Ensino para Avaliações Escolares.
Agente	Secretaria de Estadual de Educação/Superintendência Regional de Ensino

Modo	<p>O modo de implementação inclui várias etapas:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1) Definir metas específicas: Isso pode incluir metas como garantir que todas as escolas sejam acessíveis e acolhedoras para todos os alunos dentro de um determinado prazo, ou aumentar o número de alunos com necessidades especiais que são capazes de participar plenamente das avaliações escolares. 2) Formação adequada para os professores: Isso pode envolver a realização de workshops e cursos de formação para os professores, focados em estratégias pedagógicas inclusivas e na adaptação das avaliações para alunos com necessidades especiais. 3) Recursos necessários para as escolas: Isso pode incluir a aquisição de materiais didáticos acessíveis, tecnologia assistiva (como softwares de leitura de tela ou teclados adaptados), a adaptação das salas de aula e a contratação de equipes de apoio, como professores de atendimento educacional especializado. 4) Promoção da conscientização sobre a inclusão: Isso pode ser feito através de campanhas de conscientização, workshops e eventos comunitários que promovam a inclusão e a diversidade. 5) Monitoramento e Avaliação Contínua: Criar um sistema de monitoramento contínuo para avaliar a eficácia das adaptações e intervenções. Isso pode incluir relatórios regulares sobre o progresso dos alunos, avaliações das práticas de ensino inclusivo e reuniões periódicas para analisar os resultados e fazer ajustes conforme necessário. 6) Parcerias e Envolvimento da Comunidade: Envolver os pais, cuidadores e a comunidade local no processo de implementação. Isso pode ser feito por meio de reuniões, grupos de apoio e eventos que promovam a conscientização sobre a importância da inclusão e ofereçam orientação sobre como apoiar os alunos com necessidades especiais. 7) Compartilhamento de Melhores Práticas: Estabelecer plataformas para compartilhar e disseminar as melhores práticas entre as escolas. Isso pode incluir a criação de uma rede de escolas-modelo que demonstrem eficácia na implementação da educação inclusiva e que possam servir de inspiração e orientação para outras instituições. 8) Acesso a Recursos Especializados: Garantir o acesso contínuo a especialistas em educação inclusiva para orientar e apoiar os educadores e equipes escolares. Isso pode ser feito por meio de parcerias com instituições especializadas, workshops específicos ou disponibilização de recursos online. 9) Incentivos e Reconhecimento: Criar incentivos para escolas e professores que demonstrem excelência na implementação da educação inclusiva. Reconhecer e premiar esses esforços pode motivar outros a seguir o exemplo. 10) Avaliação Periódica e Adaptação: Agendar avaliações periódicas da política de ensino inclusivo para garantir que ela esteja alinhada com as necessidades dos alunos. Isso permitirá ajustes contínuos para atender às mudanças nas demandas educacionais.
Efeito-	<p>A implementação desta ação pode ter uma série de efeitos positivos. Para os alunos público alvo da educação especial, isso pode resultar em uma experiência de aprendizado mais igualitária e inclusiva. Para a comunidade escolar como um todo, isso pode promover uma maior compreensão e aceitação das diferenças individuais.</p>
Detalhamento	<p>A proposta tem como objetivo possibilitar estratégias de ensino que priorizem o aprendizado dos alunos público da educação especial de forma que estes sejam avaliados de forma mais igualitária. A intervenção será avaliada e monitorada ao longo do tempo para garantir que os objetivos sejam alcançados. Isso pode incluir medidas de desempenho, como o acompanhamento do progresso dos alunos nas avaliações, pesquisas de satisfação de pais e professores para obter feedback sobre a eficácia da intervenção, e avaliações regulares do progresso escolar dos alunos para garantir que eles estão se beneficiando da educação inclusiva.</p>

5 CONCLUSÃO

A realização desta pesquisa permitiu concluir que os objetivos propostos foram alcançados, evidenciando a importância da discussão em torno da inclusão educacional e do processo de avaliação da educação especial. Apesar de o tema da inclusão ser bastante discutido, as ideias e práticas sociais relacionadas a ela ainda são relativamente recentes. Isso destaca a necessidade de percorrer um longo caminho para construir tanto uma sociedade quanto uma escola inclusiva.

Barbosa e Pereira (2021) discutiram a relevância da discussão sobre inclusão educacional e o processo de avaliação da educação especial, corroborando a importância desses temas. Ainda que tenham recebido atenção considerável, as ideias e práticas sociais ligadas à inclusão continuam a ser uma novidade em muitos aspectos.

Nesse sentido, mesmo com o amplo debate em torno da inclusão, persiste uma considerável novidade nas abordagens e práticas sociais vinculadas a essa temática. Essa pesquisa reforça, conforme apontado por Minetto (2010), a necessidade contínua de explorar e aprimorar estratégias e métodos para tornar a educação mais inclusiva, reflexiva e adaptada às necessidades individuais dos estudantes.

Nesse sentido, a abordagem integral da avaliação escolar deve ser revista e o tema incluído nas propostas de estudo, devendo ser entendido que cada um tem a sua forma de pensar e relacionar as informações. Além disso, uma avaliação das oportunidades na perspectiva da escola é usar um conceito para completar todo o processo de avaliação.

Neste contexto, o desafio da avaliação escolar inclusiva reside nas abordagens atitudinais elogiadas pelos professores no ensino das disciplinas. Portanto, essas abordagens surgem quando o professor enxerga a disciplina além de suas próprias necessidades, o desenvolvimento efetivo de novas competências, adapta suas

práticas e inclui o feedback dos alunos como tarefa de monitorar continuamente a aprendizagem dos alunos com deficiência.

Além disso, existe um distanciamento entre as intervenções metodológicas, onde o professor não abre espaço para novas discussões e mudanças pedagógicas, mas apenas foca na limitação do aluno em detrimento da sua interação. Assim, a avaliação escolar abrange duas áreas: global e privada.

Para tanto, o conceito ampliado leva em conta as necessidades heterogêneas dos sujeitos e todos são incluídos no processo de avaliação, enquanto no contexto limitado, os alunos do curso são vistos como construindo um projeto de mudança individual. Assim, a avaliação escolar é tarefa de todas as partes que propõem mudanças culturais, éticas e da sociedade civil para os deficientes e sujeitos deficientes em competência e tomada de decisão independentes.

Sendo assim, das ponderações e colocações registradas no presente trabalho, pode-se inferir que apesar dos normativos e legislações específicas que amparam a inclusão de alunos com necessidades especiais serem ativas a nível nacional, bem como no estado de Minas Gerais, ainda se faz necessária a efetivação de mais atuante na rede de ensino. Deste modo, espera-se com o estudo realizado que este possa garantir um enriquecimento nos debates e estudos sobre a viabilidade de maior participação não somente dos professores, gestores escolares e alunos, mas também um engajamento da sociedade.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, M. A. S. Avaliação do plano nacional de educação 2001-2009: questões para reflexão. **Educ. Soc., Campinas**, v. 31, n. 112, p. 707-727, jul.-set. 2004.

ALVES F. Inclusão: muitos olhares, vários caminhos e um grande desafio. Rio de Janeiro, **Wak Editora**, 2009.

BARBOSA, A. K. G. .; BEZERRA, T. M. C. Educação Inclusiva: reflexões sobre a escola e a formação docente. **Ensino em Perspectivas**, [S. l.], v. 2, n. 2, p. 1–11, 2021. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/ensinoemperspectivas/article/view/5871> . Acesso em: 22 set. 2023.

BARDIN, L. Análise de conteúdo. São Paulo: **Edições 70**.2011.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). Censo Escolar da Educação Básica 2022: Resumo Técnico. Brasília, 2023. Disponível em: <<https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-escolar/resultados/2022>>. Acesso em: 19 de agosto de 2023.

BARROS, Aidil da Silveira Barros; LEHFELD, Neide Aparecida de Souza. Fundamentos de Metodologia: Um guia para iniciação científica. 2. Ed. São Paulo: **Makron Books**, 2000. 122 p.

BIROCHI, R. Metodologia de Estudo e de Pesquisa em Administração. 3. ed. rev. atual. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração / UFSC; [Brasília]: CAPES: UAB, 2014. 178p.: il. Disponível em: <<https://educapes.capes.gov.br/bitstream/capes/145396/1/PNAP%20%20Modulo%20Basico%20-%20GP%20%20Metodologia%20de%20Estudo%20e%20de%20Pesquisa%20em%20Administracao.pdf>> Acesso em: 21 de agosto de 2023.

BRASIL. Resolução nº 02/2001. Brasília: Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Básica, 2000.

BRASIL. Ministério da Educação. Plano de Desenvolvimento da Educação: razões, princípios e programas. Brasília: MEC, 2007.

BRUNO, Marilda Moraes Garcia. Educação infantil: saberes e práticas da inclusão: introdução. 4. ed. Brasília: **MEC**, Secretaria de Educação Especial, 2006.

BUSARELLO, Sandra Regina Maiola. Avaliação da Aprendizagem Uma Perspectiva de Mudança da Prática. Instituto Catarinense de Pós-Graduação – www.icpg.com.br. 2015. Disponível em:<<http://www.posuniasselvi.com.br/artigos/rev01-08.pdf> . Acesso em 20/09/2015. Acesso em: 22 de agosto de 2023.

DIAS, M. C. Educação um direito prioritário. **Revista Veras**, v.1, n.1, 2011.
FONTELLES, M. J., SIMÕES, M. G., FARIAS, S. H., & FONTELLES, R. G. S. (2009). Metodologia da pesquisa científica: diretrizes para a elaboração de um protocolo de pesquisa. **Revista Paraense de Medicina**, 23(3), 1-8. Disponível em: <<http://files.bvs.br/upload/S/0101-5907/2009/v23n3/a1967.pdf>> Acesso em 10 jun. 2023.

FRANCO, M. A. R. S. Prática pedagógica e docência: um olhar a partir da epistemologia do conceito. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Brasília, v. 97, n. 247, p. 534-551, set./dez. 2016. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbeped/v97n247/2176-6681-rbeped-97-247-00534.pdf>> Acesso em: 13 de agosto de 2023.

FRANCO, Renata Maria da Silva; GOMES, Claudia. Educação Inclusiva para além da educação especial: uma revisão parcial das produções nacionais. **Revista Psicopedagogia**, v. 37, n. 113, p. 194-207, 2020.

KRAMER, Sonia. A Política do Pré-Escolar no Brasil: A arte do disfarce. 8.ed. São Paulo: **Cortez**, 2006.

LIMA, P. A. Educação inclusiva e igualdade social. São Paulo: **Avercamp**, 2006.

MANTOAN, M. T. E.; PRIETO, R. G.; ARANTES, V. A. Entre pontos e contrapontos. Parte III. In: MANTOAN, M. T. E.; PRIETO, R. G.; ARANTES, V. A. (org.). Inclusão escolar: pontos e contrapontos. São Paulo: **Summus**, 2006.

MARTINS, Gabriela dal Forno; ABREU, Gabriela Vieira Soares de; ROZEK, Marlene. CONHECIMENTOS E CRENÇAS DE PROFESSORES SOBRE A EDUCAÇÃO INCLUSIVA: revisão sistemática da literatura nacional. **Educação em Revista**, [S.L.], v. 36, p. 1-20, nov. 2020. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/0102-4698218615>.

MAZZOTTA, M. J. S. Inclusão escolar e educação especial. In: **V Jornada Curitibana de Educação Infantil e Ensino Fundamental**. Curitiba, 1999.

MINAYO, M. C. de S. (Org.). O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde. 14ª ed. Rio de Janeiro: **Hucitec**, 2014. 408.

MINETTO, M. de F. J. et al. Diversidade na aprendizagem de pessoas portadoras de necessidades especiais. Curitiba: **IESDE Brasil S.A.**, 2010.

Revista Educação Especial | v. 25 | n. 44, | p. 383-398 | set./dez. 2012 Santa Maria Disponível em: <<http://www.ufsm.br/revistaeducacaoespecial>>. Acesso em: 20 de agosto de 2023.

OLIVEIRA, Maxwell Ferreira de. Metodologia científica: um manual para a realização de pesquisas em Administração. Catalão: **UFG**, 72 p., 2011.

ROPOLI, Edilene Aparecida et al. A Educação Especial na perspectiva da Inclusão Escolar: a escola comum inclusiva. Brasília: Ministério da Educação Secretaria de Educação Especial [Fortaleza]: Universidade Federal do Ceará, 2010.

SÁ, M. S. M. M. Legislações e políticas públicas em Educação Inclusiva. 2. ed. Curitiba: **IESDE Brasil S-A**, 2009.

SANTOS, J. B. A dialética da exclusão/inclusão na história da educação de alunos com deficiência. **Revista da FAEEDBA - Educação e Contemporaneidade**, Salvador, v. 11, n. 17, p. 27-44, jan/jun., 2002.

SIMÕES, Eleonora das Neves. Avaliação por parecer descritivo: solução? In: Anais do X Congresso Nacional de Educação e I Seminário Internacional de Representações Sociais, Subjetividade e Educação – EDUCERE/ SIRSSE. 7 a 10/11/2011. Pontifícia Universidade Católica do Paraná: Curitiba, 2011. Disponível em: <educere.bruc.com.br/CD2011/pdf/6109_3882.pdf>. Acesso em: 28 ago. 2023.

SOUSA, Ivan Vale de. Atuação do professor itinerante na Educação Básica. In: **II Congresso Paraense de Educação Especial/ I Fórum Permanente de Educação Especial do Sul e Sudeste do Pará**. 12 a 14 de novembro de 2015. Disponível em: <https://cpee.unifesspa.edu.br/images/Anais_IIcpee/Ivan_Vale_de_Sousa.pdf> . Acesso em: 29 ago. 2023.

STAINBACK, S.; STAINBACK, W. Inclusão: Um Guia para Educadores. Porto Alegre: **Artes Médicas**, 1999.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. Três enfoques na pesquisa em ciências sociais: o positivismo, a fenomenologia e o marxismo. In: _____. Introdução à pesquisa em ciências sociais. São Paulo: **Atlas**, 1987.

VASQUES, C. K. Alice na biblioteca mágica: uma leitura sobre o diagnóstico e a escolarização de crianças com autismo e psicose infantil. 2008. 195 f. + Anexos. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

VITALIANO, C. R.; NOZI, G. S. Saberes necessários aos professores para promover a inclusão de alunos com necessidades Educacionais Especiais. **Revista Educação Especial**, v. 25, n. 43, maio/ago.2021.

VEIGA, M; M; QUENENHENN; A; CARGNIN; C. O ensino de Química: Algumas reflexões. Trabalho apresentado na **I JORNADA DE DIDÁTICA - O ENSINO COMO FOCO, I FÓRUM DE PROFESSORES DE DIDÁTICA DO ESTADO DO PARANÁ**, 2009.